



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Rua Líbero Badaró, 425, 8º e 12º andares - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: (11) 3224-6000

ATA DA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CMDRSS

Data: 28/03/2025

Horário: 14h00 às 17h00 horas

Formato: Online

Plataforma - online: ms.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZTjiYTcwMjUtODVjOC00MjcyLTg1NzltMWU4NTA3NDA1Yjg2%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257B%2522Tid%2522%3A%2522f39fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%2522%2C%2522Oid%2522%3A%252286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%2522%257D%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=cbaf3902-9e32-4323-839b-0e0ce9d43eda&directDI=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&suppressPrompt=true

Participantes:

Poder Público:

Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS
Lia Palm - Presidente - Titular - SMDet/CA
Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAA
Ludmila Mello de Amorim - Titular - SGM/SECLIMA
Luiza Alegre Caballero - Suplente - SGM/SECLIMA
Maira Soares Galvanese - Suplente - Conselho das APAS Capivari-Monos ou Bororé Colônia
Maira Santos Calazans Silva - Suplente - SMDet/CA
Mara Solange Pasi - Suplente - Subprefeitura Capela do Socorro
Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura Parelheiros
Raquel Araújo de Jesus Ponte - Titular - SMUL
Roseli Allemann - Titular - SVMA

Sociedade Civil:

Jaine Pacheco dos Santos - Titular - Agricultores Zona Sul
Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte
Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultores Zona Sul
Maria de Lourdes/Lia Esperança - Titular - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste
Marina Sierra Camargo - Suplente - Congetur
Simone Afonso da Silva - Suplente - Comusan
Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste

Convidados:

Antonio Mauro Saraiva - USP
Diego Blum/ AdeSampa
Elisângela dos Santos/Sítio São Judas Tadeu
Guilherme Maruxo - Sítio Sampa
Iuri Engel Timoner
Kimberly Marques dos Santos
Marcos de Paula
Maria Alves
Marina Rago - SMDet/CA

Ausência justificada:

André Biazotti - Titular - OSC Agricultura Familiar
Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SP Turis

Em 28 de março de 2025 foi realizada a 02ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião "Online".

Pauta:

- 1 - Apresentar o Plano de Ação Climática do Município/Seclima
- 2 - Novas inscrições do POT e atualizações sobre o Rolê Agroecológico (Terezinha)
- 3 - Reativação do Programa Escola Estufa
- 4 - Atualizações dos Planos Regenerativos
- 5 - Informes

Aloísio Areias: Dá início à reunião, dando as boas-vindas a todas(os) as(os) Conselheiras(os) presentes e informa que a Presidente Lia Palm participará no decorrer do encontro, pois está finalizando outra reunião. Em seguida, propõe que Ludmila inicie sua fala enquanto aguardam a chegada da Presidente,

destacando que, embora ela perca parte da discussão inicial, poderá acompanhar posteriormente por meio da gravação. Na sequência, passa a palavra ao Sr. Luri, antes da abertura da primeira pauta."

Luri Engel: Agradeceu a oportunidade de participar e destacou a importância de espaços de diálogo entre cidadãos e o poder público. Ele é fundador da Dois Rios Agrofloresta, uma empresa de consultoria agroflorestal que atua em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Seu interesse na reunião está relacionado ao conceito de Sistema Agroflorestal Urbano (SAFU), que busca implementar agroflorestas em cidades, enfrentando desafios como questões legais e regulamentares.

Ele mencionou a necessidade de compreender melhor a legislação municipal de São Paulo sobre manejo e supressão vegetal, especialmente no contexto da agrofloresta urbana, e expressou o desejo de esclarecer dúvidas sobre oportunidades e desafios desse modelo.

Aloísio Areias: Após a fala de Luri Engel Timoner, Aloísio agradeceu sua participação e reforçou que as reuniões são abertas à sociedade civil, tanto presencialmente quanto online.

Roseli Allemann: Integrante da Secretaria do Verde no conselho, destacou a importância da presença de Luri no grupo, especialmente para discutir a regulamentação dos Sistemas Agroflorestais Urbanos. Ela mencionou que o Grupo de Trabalho (GT) sobre o artigo 48 foi criado para tratar da legislação e convidou Luri a participar. O objetivo é garantir um amparo legal claro para evitar interpretações equivocadas que possam prejudicar agricultores, especialmente em práticas como poda das plantas.

Aloísio Areias: Reforçou o convite para Luri participar do Grupo de Trabalho (GT) sobre o artigo 48, ressaltando que ele será bem-vindo. Ele também mencionou que compartilhará seus contatos para manter a comunicação e que, na primeira reunião do GT, será possível aprofundar a discussão e oficializar o convite.

Pauta 1: - Apresentar o Plano de Ação Climática do Município/Seclima

Ludmila Mello de Amorim: Agradeceu o espaço e destacou a importância de discutir o Plano de Ação Climática, tema ainda pouco abordado no conselho. Ela ressaltou a relevância da participação dos conselheiros na revisão do plano.

Mencionou que Luzia entrou recentemente como suplente no conselho como representante do Seclima e preparou uma apresentação com um panorama das mudanças climáticas na cidade e as ações do plano. Em seguida, solicitou que Luzia compartilhasse a tela para iniciar a exposição.

Luiza Alegre Caballero: Apresentou um panorama sobre o Plano de Ação Climática e o papel da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), criada em 2021. A secretaria tem a missão de integrar a variável climática nas decisões do governo municipal, articulando com diferentes setores.

Ela explicou o efeito estufa, destacando que o problema está na intensificação da emissão de gases, levando ao aquecimento global. Citou o relatório do IPCC (2023), que prevê um aumento de 1,5°C até 2040, podendo chegar a 2,5°C.

Em relação às emissões de gases do efeito estufa, apontou que, no Brasil, a mudança no uso da terra é a principal fonte (39,5% em 2022), especialmente devido à agropecuária e desmatamento. No ranking global, o Brasil é o 6º maior emissor, enquanto São Paulo é o 13º município maior emissor. No contexto local, as fontes de emissão na capital são:

- Transporte (61%)

- Energia estacionária (31%)

- Resíduos (8%) – sendo o tratamento inadequado de resíduos orgânicos um fator crítico.

Luiza também apresentou dados sobre o aumento da temperatura e a frequência de chuvas intensas em São Paulo, destacando os principais riscos climáticos:

- Inundações – risco crescente até 2050

- Ondas de calor – tendência de intensificação

- Secas meteorológicas – previsão de risco muito alto em 2050

Por fim, reforçou a necessidade de medidas de mitigação (redução de emissões) e adaptação (preparação da cidade), enfatizando a importância da justiça climática, já que os impactos atingem populações de forma desigual.

Ludmila Mello de Amorim: Conectou o panorama apresentado anteriormente com o impacto das mudanças climáticas nos sistemas alimentares de São Paulo, destacando que a oferta de alimentos per capita aumentou consideravelmente desde 1961, mas ainda existem 821 milhões de pessoas subnutridas no mundo. As mudanças climáticas afetarão ainda mais a segurança alimentar, aumentando os preços dos alimentos e comprometendo a produção devido a fatores como ondas de calor, secas meteorológicas e mudanças nos padrões de chuva.

Esse cenário impactará diretamente as terras cultiváveis, a produtividade das plantações e a disponibilidade de água, resultando em redução de alimentos e aumento de custos financeiros devido à perda de produção e problemas na logística de distribuição, como refrigeração e deterioração de alimentos.

A segurança alimentar também está atrelada à geração de renda e ao emprego verde nas comunidades, com programas voltados à produção de alimentos. Ludmila destacou a importância de integrar programas existentes de segurança alimentar, como o Programa Sampa+Rural, para garantir que não sejam prejudicados pelas mudanças climáticas.

Além disso, foi abordado o desperdício de alimentos, que contribui para a emissão de gás metano (principalmente em aterros), agravando as mudanças climáticas. A compostagem e o aproveitamento de resíduos orgânicos são apresentados como alternativas para redução das emissões. O Brasil ocupa a 10ª posição global em desperdício de alimentos, com 46 milhões de toneladas desperdiçadas, e a compostagem poderia reduzir as emissões de CO2 pela metade.

Por fim, Ludmila introduziu o Plano de Ação Climática de São Paulo, criado em 2021, com o objetivo de reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2030 e alcançar emissões zero até 2050. O plano também foca na adaptação da cidade às mudanças climáticas, buscando aumentar sua resiliência. O plano envolve mais de 13 secretarias e é monitorado pela Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas.

A estrutura do plano é organizada em 5 estratégias, sendo a primeira voltada para o carbono zero. Em 2025, o plano passará por um processo de revisão para incorporar novas ações, com destaque para os sistemas alimentares.

Essa fala aborda várias questões ligadas ao plano de ação climática da cidade de São Paulo, focando em estratégias para enfrentar as mudanças climáticas e seus impactos. Alguns postos-chaves abordados são:

Estratégias de Redução de Emissões: A primeira estratégia busca zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, com um foco na mitigação das mudanças climáticas.

Adaptação da Infraestrutura: A segunda estratégia se concentra na adaptação da cidade, ajustando a infraestrutura para lidar com eventos climáticos extremos, protegendo a saúde pública e as áreas urbanas.

Conservação e Desenvolvimento Sustentável: A estratégia "Mata Atlântica, precisamos de você" foca na conservação da biodiversidade e na promoção de um desenvolvimento econômico sustentável, incluindo o incentivo à criação de empregos verdes.

Ações e Metas: O plano inclui 43 ações, com um total de 54 metas, com prazos que vão de 2025 a 2050. Essas ações envolvem 13 secretarias municipais, abordando desde a segurança alimentar até o fortalecimento da agricultura sustentável.

Ações Ligadas ao Sistema Alimentar:

Combate ao Desperdício de Alimentos: Uma das ações é fortalecer o combate ao desperdício de alimentos até 2025, ampliando a segurança alimentar.

Agricultura Sustentável: Ações como a promoção da agricultura agroecológica urbana em espaços públicos livres e o incentivo à agricultura familiar e orgânica no município também estão presentes.

Consulta Pública do Plano Nacional de Adaptação: Foi compartilhada a consulta pública para o Plano Nacional de Adaptação, permitindo contribuições da sociedade civil sobre o tema das mudanças climáticas, com uma estrutura semelhante ao plano municipal de São Paulo.

Revisão do Plano Municipal de Ação Climática: A estrutura do plano municipal está sendo revista, com ênfase em metas e ações mais claras e interligadas. A participação da sociedade civil, incluindo os conselheiros, será essencial para a revisão e definição das próximas ações.

O foco é alinhar as ações locais com objetivos mais amplos de sustentabilidade e resiliência climática, com um forte papel da sociedade civil e de diversos setores públicos na implementação das estratégias.

Aloísio Areias: Agradece a apresentação do plano e destaca a importância dos aspectos mencionados, como a agricultura e o programa "Sampa+Rural", além da segurança alimentar. Ele abre a palavra para todos os participantes e convidando-os a fazer perguntas ou questionamentos para Ludmila e Luzia, pois as perguntas estão abertas para discussão.

Ludmila Mello: Confirma que está aberta para perguntas e que os conselheiros podem se sentir à vontade para questionar. Ela também menciona que, caso não surjam perguntas naquele momento, procurará os conselheiros posteriormente, pois precisará de sua ajuda na continuidade do trabalho sobre o plano de ação climática.

Lia Esperança (Maria de Lourdes): Trouxe uma questão importante sobre o desperdício de alimentos, destacando a situação que observa na comunidade Vila Nova Esperança, onde há muito desperdício, principalmente de alimentos. Ela sugeriu a realização de palestras e ensinamentos para as pessoas, ajudando-as a usar melhor os produtos e evitando o desperdício. Ela também se questiona se o desperdício que o plano aborda está relacionado apenas à agricultura ou se também envolve os desperdícios domésticos.

A pergunta é sobre como o plano pode abordar esse problema e como as pessoas podem ser educadas para melhorar o uso dos alimentos e reduzir o desperdício.

Luiza Alegre: Respondeu abordando a questão da conscientização ambiental, ressaltando a importância de educar a população sobre como evitar o desperdício de alimentos. Ela mencionou a oferta de cursos gratuitos, alguns deles com foco em como utilizar partes dos alimentos que muitas vezes são descartadas, como cascas, por exemplo. Esses cursos ajudariam na conscientização sobre a melhor utilização dos alimentos.

Além disso, Luiza destacou a existência de um banco de alimentos da prefeitura, que recolhe alimentos em bom estado que, de outra forma, poderiam ser descartados. Esses alimentos seriam então doados para famílias necessitadas, evitando o desperdício e ajudando quem está em situação de vulnerabilidade alimentar.

Essas são algumas das estratégias mencionadas para combater o desperdício de alimentos, por meio da conscientização e da redistribuição de recursos alimentares ainda aproveitáveis.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: Sugeriu que, além de doar os alimentos, seria importante levar algum tipo de orientação prática para as comunidades, para que as pessoas saibam como aproveitar melhor esses produtos. Ela sugeriu a ideia de ter uma pessoa bolsista do programa operação trabalho "POT", ou seja, algum profissional ou equipe que possa ir até as comunidades para ensinar como preparar os alimentos recebidos e evitar o desperdício. Isso incluiria capacitações, como ensinar as famílias a usarem partes do alimento que normalmente seriam descartadas.

A ideia seria uma abordagem mais prática e comunitária, que complementaria as doações com ensinamentos sobre aproveitamento máximo dos alimentos. Além disso, ela mencionou a importância de ter apoio de profissionais para que o processo de aproveitar melhor os alimentos sejam acessíveis e útil para todos.

Luiza Alegre: Trouxe dois exemplos de programas que podem ajudar a resolver a questão do desperdício de alimentos e promover mais conscientização:

PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis): Esse programa envolve agentes de promoção ambiental que realizam ações de conscientização, incluindo oficinas para a comunidade. Eles também ajudam a ensinar as pessoas sobre o aproveitamento de alimentos, como, por exemplo, o uso de cascas de abacaxi para fazer chá ou refresco. Esse programa da Secretaria Municipal da Saúde vai até as casas das pessoas em conjunto com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Ludmila Mello: Ludmila complementa que a sugestão da Lia trouxe boas ideias para reflexão. Ela destaca que a capacitação voltada para a conscientização de moradores sobre desperdício de alimentos é muito válida e pode ser uma estratégia a ser avaliada.

Ela sugere que, assim como existe o POT Agricultura, poderia haver algo semelhante voltado para a redução do desperdício de alimentos, seja por meio de capacitações gerais para a população ou do incentivo ao reaproveitamento de resíduos. Além disso, reforça a importância de práticas como a compostagem e o uso integral dos alimentos, mostrando que muitos resíduos ainda têm potencial de uso.

Aloísio Areias: Agradece a participação e destaca que anotou a questão levantada sobre desperdício de alimentos. Ele informa que pretende entrar em contato com o Banco de Alimentos para discutir a possibilidade de oferecer cursos sobre o aproveitamento dos alimentos e verificar como essa iniciativa pode chegar até as associações comunitárias.

Ele menciona que Simone, participante da reunião, pode atuar como um canal de comunicação com o Banco de Alimentos para levar essa demanda adiante.

Além disso, Aloísio sugere a Ludmila que a apresentação sobre segurança alimentar seja compartilhada com o pessoal do COMUSAN, caso ainda não tenha sido feita, pois considera que as informações apresentadas enriquecem o plano e são muito oportunas.

Maria Alves: Destaca sua animação com a discussão e reforça a importância da educação alimentar para evitar o desperdício de alimentos. Ela concorda com a preocupação levantada por Lia e menciona que, além da distribuição pelo Banco de Alimentos, é essencial ensinar a população a reaproveitar cascas, folhas e partes nutritivas dos alimentos que muitas vezes são descartadas.

Ela sugere que sejam realizados esforços para implantar oficinas e projetos educativos em diversas regiões, contando com o apoio de profissionais como nutricionistas para orientar as comunidades. Enfatiza que essa iniciativa pode trazer um impacto positivo significativo, garantindo melhor aproveitamento dos alimentos e combatendo a fome.

Finaliza destacando sua empolgação com os debates e reforça a necessidade de continuar avançando com essas iniciativas.

Aloísio Areias: Agradece a Maria Alves e destaca que é sempre um prazer muito grande contar com a sua participação, sua experiência e suas sugestões.

Jaine Pacheco: Destacou sua satisfação com o avanço do Planclima, ressaltando a urgência da emergência climática. Ela também mencionou sua dúvida sobre como acessar créditos de carbono, um tema cada vez mais discutido.

Além disso, compartilhou uma experiência de sucesso em sua horta comunitária, onde organizaram uma campanha para coletar restos de alimentos e transformá-los em composto. Como incentivo, distribuíram chorume (fertilizante líquido gerado na compostagem), o que gerou grande engajamento da comunidade a ponto de superlotar a composteira.

Jaine também mencionou outras iniciativas sustentáveis, como campanhas para a coleta de óleo de cozinha usado, que foi trocado por sabão artesanal, gerando impacto positivo na comunidade.

Por fim, reforçou sua dúvida sobre os créditos de carbono e como pequenos projetos, como o da sua horta, poderiam acessá-los.

Ludmila Mello: Explicou que os créditos de carbono ainda estão em processo de regulamentação no Brasil, sendo uma iniciativa voltada principalmente para grandes indústrias e empresas. Por enquanto, não há acesso direto para indivíduos ou pequenos projetos.

Ela destacou que, o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo, PlanClima SP, a prioridade é a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), com ações em setores-chave como os que seguem.

Resíduos sólidos: coleta seletiva e tratamento adequado para reduzir emissões de metano.

Transportes: substituição gradual da frota de ônibus por veículos elétricos e biocombustíveis.

Energia: transição para fontes mais limpas.

Por fim, Ludmila reforçou que a economia circular – exemplificada pelas campanhas comunitárias da Jaine – já é um passo importante na redução do impacto ambiental e deve ser incentivada.

Lia Palm: Destacou que a Coordenadoria da Agricultura da SMDet já está planejando capacitações sobre hortas, compostagem e aproveitamento integral dos alimentos. Ela contou que essas ações serão ampliadas para pessoas não agricultoras, levando oficinas para diferentes comunidades e explorando demandas específicas, como a questão levantada por Lia Esperança.

Sobre créditos de carbono, Lia comentou que, até o momento, o sistema favorece grandes propriedades rurais, o que dificulta o acesso para iniciativas menores. No entanto, ela mencionou um projeto experimental em Curitiba, realizado com apoio do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que estuda a aplicação em escalas menores.

Ela planeja acompanhar esse projeto e compartilhar informações com o grupo, caso o modelo seja aplicável ao contexto local.

Aloisio Areias: Encerrou a sessão de perguntas para a equipe do SECLIMA, agradecendo a apresentação de Ludmila e Luiza. Ele também pediu para que a apresentação seja disponibilizada para o conselho e em seguida passou para as Pautas número 3 e 4.

Pauta: 3 Reativação do Programa Escola Estufa e 4 Atualizações dos Planos Regenerativos

Lia Palm: Apresentou as pautas 3 e 4 da reunião, abordando a reativação do programa Escola Estufa e a atualização dos Planos Regenerativos.

Escola Estufa: O programa já existia na Prefeitura de São Paulo, com 32 unidades distribuídas, uma em cada subprefeitura, mas foi descontinuado por um período.

A reativação foi incluída na Meta 61 do Programa de Metas, e o projeto avançou com parte das ações do programa Sampa+Rural.

Foi levantada a situação das escolas estufas implantadas. Foram identificadas entre 15 e 19 estruturas ainda existentes, das quais 10 aderiram à requalificação.

Já foram inauguradas 3 unidades (CAE Norte, CAE Sul e Horta das Flores). A próxima inauguração será no CEU Jabaquara Caminhos do Mar, em 3 de abril.

Outras estufas foram reformadas e aguardam inauguração, como as de Perus, Santana, Itaim Paulista e Vila Maria.

Novas estruturas estão sendo planejadas para a Cidade Ademar e Pinheiros.

As escolas estufas são instaladas apenas em espaços públicos (praças, escolas, subprefeituras).

Planos Regenerativos: Foram finalizados quase 300 planos regenerativos, com 141 entregues ou em processo de entrega.

A meta de atendimento de atender 400 locais com ATER foi superada com fila de espera em crescimento.

O investimento médio por agricultor é de R\$ 5.000,00

As ações incluem aquisição de equipamentos, cercamento de áreas, irrigação, compostagem, saneamento, produção agroecológica, proteção contra intempéries e capacitação técnica.

Lia também destacou a importância da agricultura protegida devido às mudanças climáticas e informou que investimentos como túneis altos e baixos, coberturas e sombrites também fazem parte das melhorias implantadas por meio dos planos regenerativos.

Maria Alves: Compartilhou sua situação, mencionando que, devido a problemas de saúde no ano passado, está atrasada na retomada de sua produção agrícola. Ela destacou que já iniciou a recuperação de sua horta, mas sente falta de insumos, ferramentas e da tão esperada estufa para mudas.

Ela expressou preocupação com o tempo de preparo da terra, pois teme perder o período ideal para plantio. Apesar de já ter conversado com a equipe de atendimento, incluindo Mirella, Maria enfatizou a urgência de receber apoio para evitar recorrer a métodos mais trabalhosos, como coletar folhas manualmente para adubação.

Além disso, solicitou a possibilidade de ter um bolsista da Operação Trabalho (POT) para auxiliá-la, mencionando que esse suporte seria essencial para manter sua produção. Finalizou com uma mensagem de esperança, dizendo que sua horta já está ficando bonita, mas que precisa desse apoio para avançar ainda mais.

Lia Palm: Respondeu informando que vai verificar o plano regenerativo de Maria Alves para entender o estágio atual e a previsão de entrega do que já está aprovado. Ela mencionou a possibilidade de apoio por meio de mutirões com bolsistas do POT que atuam nas CAEs.

Sobre os bolsistas do Irmão Alberta, Lia destacou que a questão fundiária ainda está pendente e perguntou se há algum órgão com quem possam conversar para destravar essa situação. Ela mencionou que, no ano passado, buscou contatos na Sabesp e soube de uma reunião, mas não recebeu informações concretas sobre quem participou ou como dar seguimento.

O foco agora é entender melhor a situação para avançar nas pendências e garantir continuidade ao trabalho planejado.

Maria Alves: Agradeceu a Lia e mencionou que há dois bolsistas que desistiram, sugerindo que essas vagas poderiam ser aproveitadas para não perder tempo. Ela também ressaltou a importância do recurso, destacando-o como "abençoado".

Lia Palm: Lia informa que haverá reposição de bolsistas do Programa Operação Trabalho (POT), com início previsto para a próxima semana. A paralisação

anterior ocorreu por motivos orçamentários, relacionados à execução de folhas de pagamento. Com o retorno das atividades, eventos mensais de recolocação também serão retomados, e muitos bolsistas devem ser reintegrados ainda neste mês, com outros previstos para o próximo.

Ela propõe ao Conselho uma discussão sobre o histórico e a evolução do POT no setor da agricultura. Em 2022, o programa começou com uma meta de 200 bolsas, o que foi considerado um avanço importante. Já em 2023, sob a gestão da então secretária Aline Cardoso, houve um aumento significativo para 1.000 bolsas do POT Agricultura além das bolsas do POT Mães guardiãs da alimentação nas escolas municipais, superando expectativas iniciais.

Lia destaca que, à época, os atendidos foram distribuídos entre as vagas disponíveis, com cerca de 4 bolsistas por local. Hoje, a demanda é ainda maior, e o programa atende um número crescente de locais de agricultura, reforçando a necessidade de ampliação da oferta de bolsas e melhor distribuição das disponíveis.

Terezinha Santos: Menciona que, diante do aumento no número de locais atendidos, há uma necessidade crescente de distribuir pontos de suporte para melhorar o atendimento. Ela aponta que essa organização deve ser considerada em um próximo planejamento ou encontro.

Lia Palm: Lia informa que a quantidade de locais atendidos praticamente dobrou, o que gerou a necessidade de redistribuir melhor os bolsistas do POT. Ela reforça que isso não implicará em retirada de bolsistas de lugares que já os possuem, mas sim em uma reorganização que vise maior equidade. A proposta é caminhar para um modelo com dois bolsistas por local, salvo exceções como espaços comunitários ou áreas com grande número de famílias, onde a demanda justifica um número maior.

Ela cita casos específicos, como o da Dona Maria Alves, cuja situação fundiária impacta o atendimento, mas observa que há vários locais com alta demanda e nenhum bolsista.

Em coordenação com Marina, responsável pelo programa na Coordenadoria de Agricultura, a ideia é promover esses ajustes para garantir que todos os pontos de atendimento tenham acesso ao apoio dos bolsistas. Lia reforça que haverá reposição significativa, visto que a última ocorreu em dezembro, e muitos locais estão atualmente descobertos ou com menos de 2 bolsistas. O processo de inscrições será retomado em breve para normalizar a operação do programa.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: Agradece emocionadamente à Lia e ao programa POT, destacando que o projeto transformou a vida da comunidade na Vila Nova Esperança. Ela afirma que, apesar das críticas que o programa possa receber, faz questão de elogiar e reconhecer sua importância. Relata que, após um vendaval em outubro que destruiu totalmente a cozinha da vila, a comunidade conseguiu reconstruí-la com apoio de voluntários e, indiretamente, do POT.

Atualmente, o espaço conta com uma nova cozinha e uma cozinha-escola, que está em fase de acabamento. A cozinha foi reformulada com a proposta de ser popular, ou seja, aberta a toda a comunidade e não restrita aos moradores da vila.

A moradora também pede apoio para o cercamento do espaço, danificado com a queda de árvores, além de mencionar que a horta foi destruída, mas será totalmente renovada. Agradece o envio anterior de sombrite, que será reaproveitado na nova fase do projeto. Informa ainda que pretendem montar dois viveiros — um para sementes e outro para plantas ornamentais — além da criação de um espaço dedicado ao cultivo de rosas.

Lia Palm: Agradece o relato e destaca o quanto é inspirador ouvir histórias de superação como a da Vila Nova Esperança. Reforça que momentos difíceis muitas vezes impulsionam processos de renovação importantes. Ela salienta que o apoio oferecido vem da Prefeitura de São Paulo e do programa como política pública, desenvolvida coletivamente com a sociedade civil.

Afirma que a equipe está comprometida em seguir trabalhando em parceria com os territórios. Em seguida, dirige-se a Maria Alves, mencionando que houve um possível problema logístico relacionado a entregas feitas por caminhão. Informa que a técnica responsável pela área está acompanhando o caso e que ela mesma tem cobrado atualizações semanalmente. Reconhece a complexidade da operação, com muitos locais e itens envolvidos, mas garante que o material solicitado está a caminho e promete informar a data assim que possível para tranquilizar a conselheira.

Encerrando sua fala, Lia abre espaço para novas questões, sugestões ou comentários dos participantes da reunião.

Lia encaminha a continuidade da reunião, passando a palavra para Terezinha. Lembra que Terezinha havia solicitado uma pauta sobre as novas inscrições do POT e as atualizações do projeto Rolê Agroecológico, e passa oficialmente a palavra para ela.

2 - Novas inscrições do POT e atualizações sobre o Rolê Agroecológico (Terezinha)

Terezinha Santos: Retoma o tema das estufas citadas anteriormente por Lia, relatando sua experiência como aluna da primeira turma da estufa reativada na Vila Prudente e, depois, em São Mateus. Ela compartilha que, no início, o espaço era utilizado pela associação de agricultores, mas com o tempo surgiram dificuldades, especialmente o impedimento constante de entrada no espaço da subprefeitura. Isso levou à perda das estufas e dos materiais adquiridos pelos próprios agricultores, que não foram devolvidos.

Ela critica o modelo de construção de estufas dentro de espaços institucionais da prefeitura, por considerar que são pouco acessíveis aos agricultores no dia a dia — especialmente aos fins de semana e feriados o que compromete o cuidado e a produtividade. Expressa preocupação de que os novos investimentos sigam o mesmo caminho de abandono e desperdício.

Terezinha propõe que estufas sejam construídas diretamente dentro dos espaços das hortas urbanas e propriedades dos agricultores, onde o acesso é garantido e o cuidado pode ser contínuo. Destaca que agricultores já instalados e experientes têm condições de manter a produção, gerar renda, formar novas pessoas e utilizar a estufa com autonomia. Para ela, projetos bem-intencionados podem fracassar se não levarem em conta a realidade do agricultor.

Lia Palm: Responde às preocupações da Terezinha sobre a efetividade das estufas construídas em espaços institucionais, contextualizando que o *Programa Escola Estufa* é uma política pública formalizada por lei, prevista no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e no Programa de Metas da Prefeitura, e fruto de demanda da sociedade civil, não apenas de uma decisão pontual.

Ela reconhece as dificuldades do passado e a preocupação legítima sobre a sustentabilidade desses espaços. Afirma que não há garantias absolutas de continuidade — como em qualquer política pública —, mas há um compromisso coletivo de fazer o melhor possível com o que se tem.

Lia defende que não se trata de escolher entre “estufas públicas” ou “apoio direto ao agricultor”, mas sim de somar esforços: o município investe em ambos. Os planos regenerativos, os editais, os incentivos diretos, e outras ações atendem diretamente a agricultores, enquanto as estufas têm função educativa, de porta de entrada para novos interessados, formação básica e podem ser utilizadas para produção de mudas e experimentações.

Cada estufa tem características próprias, como a de Perus (voltada ao público infantil, com sala de aula integrada), ou outras que se articulam com hortas locais. Ela propõe olhar esse conjunto de estufas como um “ecossistema” que pode virar um roteiro formativo da agricultura urbana em São Paulo.

Por fim, reforça que o sucesso dessas iniciativas depende da mobilização coletiva — da Prefeitura e dos conselhos e agricultores — para ocupar, manter vivos e funcionalmente ativos esses espaços.

Elisângela dos Santos: Destaca a importância do depoimento da Terezinha, reforçando que se os agricultores não compartilham suas vivências e dificuldades, os gestores e técnicos não terão conhecimento pleno da realidade em campo. Compara a dedicação necessária para cuidar de uma estufa ao cuidado com um bebê: exige atenção constante, de manhã, à tarde e à noite — ou seja, muito além de horários comerciais ou de expediente público.

Reforça que o sucesso de uma estufa depende muito da presença cotidiana e direta de quem a maneja, e que iniciativas públicas, mesmo que bem-

intencionadas, podem falhar se não levarem isso em conta.

Sugere que, ao invés de construir novas estufas institucionais para depois descobrir se terão uso efetivo, seria mais produtivo identificar estufas que já funcionam bem nas hortas existentes e levar as escolas e cursos para esses locais — onde já há estrutura, experiência e resultados concretos.

Essa abordagem pode evitar desperdícios e acelerar os avanços na agricultura urbana. A fala reforça a ideia de construção conjunta e uso inteligente dos recursos e saberes já existentes, promovendo ganhos reais e duradouros.

Terezinha Santos: A conselheira reconhece que sua forma de se expressar é direta, mas necessária, pois vem de quem vive as dificuldades na prática. Ela destaca a tristeza pela perda de muitos apoios ao longo do tempo e manifesta a esperança de que o projeto das estufas continue a atender os pequenos agricultores.

Propõe a construção de projetos individualizados para cada agricultor, com escuta ativa sobre o que cada um deseja e quais são suas metas com a estufa. Ressalta que cada agricultor tem um objetivo diferente, e que é preciso garantir continuidade para não deixar bons projetos "morrerem na praia".

Sobre o programa POT, relata preocupações discutidas em reunião recente da associação, como o cancelamento de contratos, corte de vagas mesmo em projetos que estão funcionando, e a presença de bolsistas que não contribuem de fato com o trabalho. Ela defende que os agrônomos e a gestão escutem os agricultores para identificar quem realmente merece a bolsa e quem apenas está no programa para benefício próprio.

Relata indignação com situações em que bolsistas não comparecem às hortas, usam a bolsa apenas para sacar o dinheiro, ou não têm compromisso com a produção. Cita exemplos concretos, como a Horta da Sabesp em São Mateus, onde, segundo ela, há pessoas que tratam a horta como hobby, sem produzir de forma significativa.

Ela exige critérios mais justos e rigorosos na concessão das bolsas: que o apoio seja direcionado a quem realmente quer plantar, crescer e contribuir para a segurança alimentar — e que não falte fiscalização e escuta para isso acontecer.

Marina Rago/CA: Reconhece a questão levantada por Terezinha sobre desligamentos de bolsistas do programa POT antes de completarem dois anos, pois já participaram antes e o tempo de permanência é cumulativo.

Explica que as informações sobre quem excedeu o período de permanência foram recebidas pela equipe local já como definidas. Ele destaca que essas decisões fogem da competência da coordenação e, embora desarticulem o trabalho local, não puderam ser revertidas.

Marina comenta que, dentro do Conselho, poderia ser organizada uma escuta específica sobre o POT, com participação dos agricultores, visando levantar os principais problemas e sugestões e proposições para aprimorar ou até desenhar uma versão do programa, mais adaptada às realidades da agricultura.

Mas isso não é atribuição da SMDet e sim da Câmara dos Vereadores, menciona que iremos verificar se há ainda falhas no monitoramento da atuação dos bolsistas. Afirma que há esforço para melhorar esse acompanhamento com a gerenciadora do programa, e que isso será levado para a próxima reunião da equipe técnica.

Por fim, comenta sobre a lógica da redistribuição de vagas, que busca atingir o maior número de territórios possível, mas que, conforme as avaliações forem mais precisas, pode-se reavaliar o número de vagas por local conforme o desempenho, importância social e qualidade da formação. Finaliza dizendo que a equipe está à disposição para realizar uma roda de conversa com mais tempo e foco específico no Pot voltado à agricultura.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: A fala traz um apelo importante sobre o papel da coordenação local nas hortas com bolsistas do POT. A agricultora relata que, mesmo não estando oficialmente no programa, está presente com os bolsistas diariamente, das 7h às 13h, orientando e acompanhando de perto as atividades. Ressalta que só se ausenta em caso de necessidade maior, como reuniões, e que mesmo assim deixa tudo organizado previamente.

Ela defende que esse tipo de coordenação próxima é fundamental para que o trabalho seja bem-feito, e que deveria ser regra em todos os locais com atuação do POT.

Relata também que, na horta da comunidade onde atua, a produção agrícola não é voltada para venda. Parte dos alimentos até pode ser vendida, mas a prioridade é o uso social dos produtos. Um exemplo marcante é o preparo de 200 marmitas diárias para crianças em situação de vulnerabilidade, de segunda a sexta-feira. Ela destaca que muitas dessas crianças iam para a escola apenas pela comida, e que esse cenário a sensibilizou a agir.

Reforça que a motivação deve ser garantir dignidade para as pessoas, com alimentação e educação. Finaliza dizendo que, enquanto tiver forças e apoio, continuará a fazer esse trabalho, utilizando os alimentos da horta e doações para alimentar quem precisa.

Lia Palm: Agradeceu à Jaine pelo depoimento e afirmou que está preocupada com os relatos, ainda que não explicitados publicamente, reforçando que não permitidas essas atitudes no POT. Disse que a secretária irá entrar em contato com ela para entender melhor a situação. Reforçou que o objetivo do POT não é excluir ou punir, mas sim acolher, escutar e oferecer suporte social aos bolsistas com dificuldades.

Sobre o acompanhamento das gerenciadoras, reconheceu que há desafios, mas valorizou as potências do programa e o esforço coletivo de todos os envolvidos.

Na sequência, respondeu sobre o Rolê Agroecológico, informando que o plano de trabalho ainda está em finalização e o principal impasse é o transporte, já que os ônibus contratados não acessam bem áreas rurais com vias de terra. A previsão é de que, uma vez resolvida essa questão contratual, será possível divulgar um cronograma.

Destacou algumas mudanças previstas para a próxima edição do programa:

Passará a exigir certificação orgânica ou protocolo de transição agroecológica, com prazo estimado de até 4 meses para regularização.

Serão incluídos critérios de estrutura mínima no local de visita, como cobertura para proteção de sol e chuva.

Será reforçada a distribuição mais justa entre agricultores e criada uma lista organizada de repescagem para convocações de emergência.

Sugeriu convidar a equipe da Secretaria da Educação para a próxima reunião do Conselho, para atualizações diretas. Terminou abrindo espaço para os agricultores apresentarem sugestões e necessidades, que possam ser incorporadas ao plano de trabalho do programa.

Terezinha dos Santos: Comentou que, em sua experiência, o Rolê Agroecológico foi muito positivo, e que todos os que passaram por sua propriedade gostaram bastante. Destacou que sempre esteve disponível para receber visitas de última hora, quando alguma escola teve imprevistos em outras rotas. Mesmo nesses casos emergenciais, fez o possível para acolher os alunos e a equipe.

Relatou que, em certas situações, a quantidade de comida precisou ser ajustada — nem sempre era possível servir como planejado, mas todos comiam. Ressaltou seu espírito de acolhimento: não gosta de “mesquinha” e sempre faz comida sobrando, para que todos possam se alimentar — desde alunos até monitores, guias, professores e motoristas.

Concluiu que a experiência foi um grande aprendizado para todos e reforçou seu comprometimento em continuar participando. Disse que está aberta e pronta para colaborar no que for necessário, inclusive no POT. Finalizou perguntando se já há uma previsão para o início das inscrições do novo ciclo do programa Rolê Agroecológico.

Elisângela dos Santos: Expressou preocupação com a falta de organização do Rolê Agroecológico em sua edição anterior. Relatou que, em diversas situações, recebeu ligações com pedidos de alimentos em cima da hora — por volta das 10h da manhã — exigindo confirmação imediata, sem tempo hábil para avaliar a possibilidade de atendimento.

Mencionou ainda que, mesmo após confirmar a quantidade solicitada, houve mudanças repentinas: por exemplo, pedidos de 43 kits foram reduzidos para 20 em pouco tempo, o que evidenciou, segundo ela, uma falta de planejamento e de respeito com quem está na ponta.

Apesar de reconhecer a experiência positiva relatada por outras agricultoras, como Terezinha, Elisângela avaliou que esse tipo de situação demonstra desorganização e desrespeito. Enfatizou que é necessário estruturar melhor o programa, com uma administração mais organizada e respeitosa, para que a próxima edição seja mais bem-sucedida.

Lia Palm: Comentou que a administração do Rolê Agroecológico será a mesma do ano anterior e reconheceu que, embora a edição passada tenha tido problemas, foi importante ter acontecido. Explicou que o programa nasceu com uma meta ambiciosa e precisou começar, porque o mais importante era mostrar que o projeto funciona e tem impacto positivo na vida das crianças e de agricultoras e agricultores.

Ela ressaltou que a equipe responsável trabalhou intensamente, muitas vezes sob pressão, e que a experiência de 2024 trouxe aprendizados importantes. A expectativa é que a edição de 2025 seja muito melhor, e que em 2026 o programa esteja ainda mais estruturado. A ideia é seguir melhorando, aprendendo com os erros e consolidando o programa a cada ano.

Sobre a crítica da Elisângela quanto à desorganização, Lia reconheceu os problemas e disse que pontos objetivos estão sendo revistos — como, por exemplo, os critérios de ressarcimento. Informou que agora haverá multa de 25% do valor combinado em caso de cancelamento com menos de 48h de antecedência, mesmo que a visita não aconteça. A medida busca proteger os agricultores que se organizam para receber os grupos.

Também sugeriu que essa lógica de ressarcimento possa ser aplicada aos casos de “reescapagem”, em que um agricultor é acionado em cima da hora, e defendeu que as regras sejam discutidas e melhor definidas coletivamente. Finalizou reconhecendo que o processo é complexo e que imprevistos continuarão acontecendo, mas reforçou a importância de garantir mais equilíbrio e previsibilidade para todos os envolvidos.

Elisângela dos Santos: Elisângela reforçou que, no caso dos kits, é fundamental ter regras claras de ressarcimento. Explicou que, uma vez colhidos os alimentos, não há como reaproveitá-los depois — se o pedido for cancelado, o agricultor arca com o prejuízo. Por isso, defende que, se alguém desistir dos kits, ainda assim deve pagar por eles.

Disse que, na prática da agricultura, colheu, usou — ou perdeu. E que, por isso, o prazo mínimo de aviso deve ser de mais de 24 horas. Destacou que, se as crianças vão visitar no dia seguinte, os alimentos já foram colhidos no dia anterior, então o cancelamento com menos de 24h de antecedência não é aceitável.

Terezinha Santos: Comentou que, diferente da situação da Elisângela, em sua propriedade os alimentos não são colhidos com antecedência maior que 24 horas. Ela costuma colher no próprio dia da visita, junto com as crianças, como parte da experiência educativa.

Por isso, considera que o prazo de 24 horas para cancelamentos é adequado — suficiente para replanejar e evitar desperdícios. Também destacou que colher no mesmo dia garante que os produtos levados pelas crianças estejam fresquinhos.

Elisângela dos Santos: Reconheceu que cada agricultor trabalha de uma forma diferente e explicou que, no caso dela, a produção é em grande escala. Por isso, a colheita precisa ocorrer com antecedência, e os produtos são armazenados em câmara fria — uma estrutura que foi conquistada por meio de programas da prefeitura.

Apontou que, por conta desse modelo de produção, cancelamentos de última hora geram prejuízos, já que os kits muitas vezes já estão prontos. Reforçou que é importante estabelecer uma regra que funcione de forma justa para todos, mesmo que as realidades sejam distintas. Disse que, diante da continuidade de desorganizações, sua equipe decidiu interromper a participação no programa em determinado momento.

Lia Palm: Agradeceu a contribuição da Elisângela e afirmou que levará a demanda para tentar algum avanço quanto às regras de cancelamento e ressarcimento, reconhecendo que existem muitas restrições envolvidas. Destacou a importância de ouvir essas diferentes perspectivas, pois sem esse tipo de relato, a coordenação não toma conhecimento de certos problemas.

Em seguida, avisou que faltavam cerca de 7 minutos para o encerramento da reunião e propôs que todos passassem para a parte de informes, com o objetivo de encerrar pontualmente às 17h00.

Pauta 5 Informes:

Kimberly Santos: Pediu a palavra durante os informes, explicando que não é mais conselheira, mas acompanhou toda a reunião e gostaria de fazer uma pergunta sobre o andamento do projeto Semeando Negócios. Lembrou que foram realizados encontros presenciais no final de 2024, na sede do Instituto Nova Era, e que na ocasião a equipe da Ade Sampa informou que os equipamentos solicitados pelos agricultores no edital seriam entregues até março.

Como a reunião ocorria em 28 de março — data limite do prazo informado — ela questionou se havia alguma atualização oficial sobre as entregas. Agradeceu o espaço e comentou positivamente a possibilidade de não conselheiros também poderem participar e trazer suas demandas. Desejou uma boa sexta a todos.

Diego Blum: Diego informou que houve mais um aditamento no contrato com o Instituto Nova Era, responsável pela execução do projeto Semeando Negócios. Com isso, o prazo de entrega dos itens foi prorrogado até o dia 15 de abril.

Reforçou que a equipe segue disponível para esclarecer dúvidas por meio dos canais de contato, especialmente por e-mail. Caso haja algum problema específico relacionado à operação, colocou-se à disposição para apoiar na apuração e na resolução das questões.

Luri Engel: Participa pela primeira vez da reunião e comentou que, por falta de tempo, não conseguiu apresentar os slides que havia preparado, mas se colocou à disposição para apresentar em um próximo encontro. Ele destacou a importância de reconhecer os potenciais da agrofloresta urbana, que considera ser ainda mais impactante do que hortas urbanas tradicionais, pois contribui com infiltração de água, regeneração do solo e captura de carbono de forma mais eficaz.

Ele mencionou o movimento “SAFU” – Sistema Agroflorestal Urbano – e ressaltou que a agrofloresta permite produção em múltiplas dimensões: no espaço (horizontal e vertical) e no tempo, gerando maior produtividade. Como exemplo, citou a área de 300 m² da USP Sustentabilidade, que produz em média 200 kg de alimentos por mês.

Luri levantou preocupação com a Lei Municipal 17.794, que trata do manejo de árvores, pois ela impõe sanções que desconsideram as práticas necessárias para a agrofloresta, como manejo drástico e supressão controlada – fundamentais para manter o ciclo de regeneração. Ele destacou que essas práticas são muitas vezes mal compreendidas, mas fazem parte da dinâmica agroflorestal, e citou o artigo 48 da lei, que isenta atividades agrícolas dessas restrições, porém depende de um decreto regulamentador que ainda não existe.

Por fim, sugeriu que esse tema seja aprofundado em futuras reuniões, especialmente para evitar que práticas agroflorestais sejam penalizadas injustamente, e para avançar na regulamentação adequada do setor em São Paulo.

Lia Palm: Agradeceu a participação de todos e respondeu ao Luri dizendo que o tema levantado por ele é muito importante para o Conselho. Ressaltou que muitos conselheiros e servidores são defensores da agrofloresta e conhecem na prática a necessidade de manejo de árvores, inclusive com supressão e poda, para viabilizar sistemas como SAF (Sistemas Agroflorestais).

Ela explicou que o artigo 48 da Lei 17.794, que isenta atividades agrícolas de certas exigências, não está ali por acaso — é resultado de lutas dentro do Conselho e da atuação conjunta entre conselheiros e a administração pública. Informou que já existe um Grupo de Trabalho (GT) específico para discutir o artigo 48 no âmbito do Conselho e convidou Luri a participar do grupo e contribuir com a construção de soluções.

Lia também convidou o grupo representado por Luri a apresentar suas propostas de forma objetiva na próxima reunião, visto que as pautas costumam ser apertadas.

Alócio Areias: Que já integra o GT do artigo 48, reforçou que o grupo está ativo, que uma reunião já foi realizada e outra está sendo planejada para o GT da zona leste. Ele se colocou à disposição para integrar novos membros interessados e dar continuidade às ações do grupo.

Lia Palm: Finalizou agradecendo a presença de todos e reforçando que o Conselho é um espaço de diálogo entre secretarias, sociedade civil e todos que trabalham pelo verde e pela agroecologia na cidade. Disse que a comunicação continua ativa pelo grupo até a próxima reunião, marcada para o mês seguinte.

Encaminhamento: Pauta 4 – Atualizações dos Planos Regenerativos para a próxima reunião.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloísio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS



Aloísio Areias Bezerra da Silva
Assessor(a) III

Em 07/11/2025, às 15:25.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145484305** e o código CRC **FA9B8705**.

Referência: Processo nº 6064.2023/0000266-6

SEI nº 145484305